



02 331	0569 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	10.000
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							660.000
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	660.000
TOTAL - FISCAL									670.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									670.000

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 284, DE 26 DE MAIO DE 2008

Approva o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de maio de 2007 a abril de 2008.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 574/STN, de 30.08.2007 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten. Brig. Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2007 A ABRIL/2008

I.- LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ Milhares		
	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)		
DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	238.265	92	238.357
Pessoal Ativo	120.534	55	120.589
Sentenças Judiciais - Pessoal do Próprio Órgão	0	0	0
Sentenças Judiciais - Pessoal de Outros Órgãos e Entidades	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	120.628	55	120.628
Pessoal Inativo e Pensionistas	117.731	37	117.768
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	120.628	0	120.628
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	0	6
Despesas de Exercícios Anteriores	10.503	0	10.503
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	110.119	0	110.119
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	117.637	92	117.729
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) X 100	0,028424	0,000022	0,028446
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,080726%			334.098
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,076689%			317.393

Observações:

- Fonte dos dados: SIAFI 2007 e SIAFI2008
- RCL publicada pela Portaria n.º 253/STN, de 19.05.2008.
- Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução n.º 26/CNJ, de 05/12/2006).
- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Desta forma, para maior transparência, as despesas estão agrupadas em:
 - Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64.
 - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.
- Do valores de R\$ 16.872.349,12 relativos a Despesas de exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 6.369.806,00 foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169, os quais integram a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".
- Do valor de R\$ 142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$ 136.801,32 foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169, os quais integram a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

2. LRF, art. 55, inciso II.

Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos

3. LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas) :

Ten. Brig. Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE
Ministro Presidente

MOISES FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 226, DE 26 DE MAIO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 1º Quadrimestre do exercício 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANTONIO SAPUCAIA DA SILVA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MAIO/2007 A ABRIL/2008			
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I			R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA MAIO/2007 A ABRIL/2008		
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) 2	47.983	-	47.983
Pessoal Ativo	42.828	-	42.828
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.155	-	5.155
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	7.540	-	7.540
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	2.424	-	2.424
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.116	-	5.116
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40.443	-	40.443
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + IIIb)			40.443

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) 3	413.867.577
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,009772%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,016665%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,015832%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ milhares)
a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): R\$ 5.843.

b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): R\$ 5.710.

3 - Valor referente à Portaria STN nº 253 de 19/05/2008 (DOU de 20/05/2008).

AGNALDO QUINTELA DOS SANTOS
Gestor Financeiro

VIVIANE DE ARAÚJO GONÇALVES
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.

JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO
Diretor- Geral

Dês. ANTONIO SAPUCAIA DA SILVA
Presidente do Tribunal